



FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Elson dos Santos Gomes Junior – Instituto Federal Fluminense – IFF
(elsonuenf@yahoo.com.br)

Eixo 16 – Filosofia e Sociologia: Políticas e Práticas no Ensino
DOI: 10.5281/zenodo.7697751

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os fundamentos ontológicos no ensino de sociologia e sua contribuição para o entendimento da perspectiva complexa da constituição humana em oposição ao conservadorismo. Para isso, através do diálogo entre autores clássicos e contemporâneos do pensamento político conservador e sociológico, busca demonstrar a importância da temática no ensino de sociologia e como esta contribui para uma análise crítica da ideia de “natureza” que norteia a ontologia conservadora em seus mais variados aspectos e instâncias. A pesquisa é de cunho qualitativo-bibliográfico e faz parte de uma investigação mais ampla sobre a análise do conservadorismo no pensamento político brasileiro. Assim toma algumas obras seminais do conservadorismo como instância empírica de investigação e análise à luz de importantes autores do pensamento sociológico para demonstrar a clara distinção entre as citadas ontologias, ou seja, uma conservadora e “natural” e outra “crítica”. Os resultados de tal análise demonstram a importância do debate no ensino de sociologia, uma vez que este evidencia as limitações de uma perspectiva de “natureza” humana concernente ao escopo analítico e educacional conservador. Além disso considera a sociologia crítica como abordagem mais apropriada para contemplar a pluralidade existencial e ontológica identificada na sociedade atual.

Palavras-chave: Ontologia. Ensino de Sociologia. Conservadorismo.



1. INTRODUÇÃO

O conservadorismo apresenta-se como importante corrente político-social da modernidade (KINZO, 2001) mantendo-se como tradição de pensamento em diversos países – Inglaterra, França, Estados Unidos – além do Brasil (LINCH, 2016). Seu escopo contempla alguns pilares que são evidenciados em vários representantes, entre os quais, podemos destacar a valorização da constituição, o apego a religião, a defesa da desigualdade social como incentivo e vontade divina e, entre outros, a defesa de uma ontologia dual (corpo e espírito).

Neste quadro, considerando a conjuntura política e social de ascensão do conservadorismo, debateremos a importância do ensino de sociologia no diagnóstico da ontologia conservadora e de suas consequências para uma sociedade complexa, “líquida” (BAUMAN, 2001) e de “sistemas peritos” (GIDDENS, 1991) estabelecidos pela sociabilidade burguesa e seus rituais.

Como toda grande corrente política o conservadorismo possui sua proposta de organização da educação (OAKESHOTT, 1980; 2021) e, nesse caso, esta conflitua, principalmente quanto à ontologia, com o estabelecido por diversas matrizes modernas. Por isso, ao analisar tal embate, podemos evidenciar suas limitações e, dessa forma, ampliar o horizonte de compreensão e análise com uma perspectiva crítica que, no que tange ao ensino de sociologia e a história das ciências sociais, possui um vasto leque interpretativo que coloca em xeque a citada perspectiva.

Justificamos o debate sobre a questão ontológica pelo fato de evidenciarmos – no discurso político conservador em voga – a tentativa de criminalização, de modo geral, das ciências humanas e, em particular, das teorias sociológicas dedicadas a compreensão das relações raciais e de gênero. Por isso, para fins de compreensão deste fenômeno e da reafirmação do valor e da importância do ensino de sociologia na “modernidade” (GIDDENS, 1991; BAUMAN, 2001) delimitamos nossa análise nessa dimensão.



2. METODOLOGIA

A metodologia é de cunho qualitativo-bibliográfico e contou com o estudo dos principais autores conservadores clássicos e contemporâneos para o estabelecimento de uma perspectiva ontológica representativa desta corrente política. Assim, cotejando-a com a sociologia crítica podemos ter uma perspectiva no que tange a importância do ensino de sociologia e sua contribuição para o conceito de ontologia na sociedade moderna.

Quando realizamos o mesmo exercício com o pensamento sociológico percebemos que seu escopo contempla não apenas a complexidade social como a ontológica, neste sentido, longe de “naturalizar” as diversas formas de construção do outro e de identidade, apresenta possibilidades interpretativas e eminentemente humanas que, por isso, destoam dos ideais conservadores.

Considerando os autores “clássicos” como norteadores teóricos e essenciais na seleção de conteúdos e abordagens no ensino de sociologia (ALEXANDER, 1999; ROSA; RIBEIRO, 2020), realizamos o exercício de demonstrar sua importância e crítica para a formação humana e cidadã na modernidade. Para isso (I) realizaremos uma breve definição da ontologia conservadora, (II) demonstraremos como o ensino de sociologia necessita “transgredir” (HOOKS, 2017) essa perspectiva e, assim, explicar minimamente a aversão conservadora ao iluminismo e às ciências humanas na atualidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos pontos mais debatidos da direita conservadora e seu projeto de educação (APPLE, 2003), certamente, é o que diz respeito ao debate sobre gênero nas escolas e que, conseqüentemente, esbarra em uma disputa pelo discurso hegemônico destinado à definição ontológica. Para os conservadores, desde o inglês Edmund Burke (2012) – considerado o pai do conservadorismo político –, essa definição se encontra restrita a ideia de corpo e espírito e, de forma mais comum e explicitada nos textos desta corrente, na “natureza humana”.

Esta ideia de que a existência social, política, economia e religiosa encontra-se fundada sob a égide da vontade divina pode ser encontrada nos grandes nomes do pensamento conservador, entre estes, o já citado Edmund Burke (2012), o francês Alexis



CAPÍTULO II CONGRESSO AMAZONENSE DE EDUCAÇÃO 2022



de Tocqueville (1998) e no estadunidense Russel Kirk (2021a; 2021b). Nesta via interpretativa, não apenas o mundo existe da forma como Deus o criou, mas, também, a humanidade “constatável” é fruto desta mesma “vontade”.

Dessa forma, assim como os animais são diferenciados segundo a sua espécie e seu sexo, a humanidade também é definida de acordo com a sua “natureza” “verificável” (BURKE, 2012; MOREIRA, 2019), ou seja, o corpo e suas distinções evidentes. Assim, uma pessoa só pode ser homem ou mulher e, além desta “natureza”, possuir ou não o avivamento que, para os conservadores, refere-se ao fôlego de vida que podemos chamar de espírito.

Por conta desta perspectiva ontológica os conservadores tem manifestado verdadeira aversão às humanidades e ao pensamento crítico que, ao contrário de suas lentes, consegue enxergar o “mundo possível” (LESSA, 1998), um mundo que não se limita apenas ao que podemos evidenciar, mas sim, ao fluir existencial que contemple dilatações e mudanças. Essa resistência e aversão manifestam-se desde a publicação da obra fundadora do conservadorismo (BURKE, 2012), onde seu autor afirma diversas vezes ser totalmente contra ao que chamou de devaneios “metafísicos” e as “ilusões” iluministas de mudança.

Com o estadunidense Russel Kirk (2021b) temos, além dos pontos mencionados, uma defesa ferrenha da educação para os valores que são ensinados no seio familiar e que, segundo ele, tornam a escola uma instituição com “sentido”. Assim apresenta que os valores conservadores devem ser defendidos e desenvolvidos na escola e que esta, para cumprir seu papel social, deve se preocupar estritamente com o desenvolvimento individual. Sua leitura do papel desta instituição e do currículo estabelece que estes são dados pelos valores morais conservadores, pelo individualismo, pela defesa da fé cristã e pelo respeito a “natureza divina” que, para ele, sacramentou o mundo como o vemos ao nosso redor.

Podemos identificar a defesa “intransigente” (HIRSCHMAN, 2019) da “gramática” conservadora (NUNES, 2004) com o fito de estabelecer um contraponto para uma educação crítica que tem, no ensino de sociologia, um pilar de resistência à perspectiva sócio-histórica de conformação do mundo social, político, cultural e, entre outros, ontológico. E é justamente nesta via que o ensino crítico de sociologia busca “transgredir” (2017), impor seu “radicalismo” (CANDIDO, 1990), sua capacidade de identificar o que a sociedade moderna estabeleceu como norteador da verdade e das formas de legitimidade (GIDDENS, 1991).



CAPÍTULO II CONGRESSO AMAZONENSE DE EDUCAÇÃO 2022



Seguindo para a segunda parte de nosso percurso argumentativo, podemos dizer que a sociologia ultrapassa em muito a ontologia conservadora e, assim, traz para o debate a relação entre “forma” e “conteúdo” (SIMMEL, 2013), a dimensão do “trabalho”, da “história”, da “política” e da “economia” como “dimensões” ontológicas (SCHELER, 2008) que podem ser debatidas nos textos de Marx (1985), a relação da “coerção” e da “organicidade” sociais que, entre outros fatores, mostram uma existência ontológica muito mais complexa do que a simples ideia de “natureza” existente nos conservadores (HONDERICH, 1993; SCRUTON, 2021; KIRK, 2021a; TOCQUEVILLE, 1998; BURKE, 2012).

A ontologia existente na história do pensamento sociológico contempla uma gama de “dimensões” (SCHELER, 2008) que não podem ser contidas pela “constatação” da “natureza” expressa pelo sexo, mas sim, uma variedade de possibilidades existenciais que tornam essa ontologia, além das possibilidades ligadas à dimensão do gênero, complexa, ampla, sobreposta, mutável e em constante transformação.

Onde os conservadores visualizam apenas a manifestação da “natureza” – o corpo –, a sociologia crítica identifica formas de dominação e de disciplina (FOUCAULT, 1984; 2001; BOURDIEU, 2002), mecanismos de necropolítica (MBEMBE, 2018), necessidade de uma educação que não naturalize as desigualdades sociais e, por isso, prioriza a defesa de um “novo homem” (FERNANDES, 1989). Esses elementos são acompanhados de uma preocupação em romper a “razão instrumental” (ARDORNO; HORKHEIMER, 1991), em educar para superar as “angústias” (ADORNO, 1995), além de fazer do espaço escolar lugar legítimo e privilegiado para um debate ontológico que dê conta de suas necessidades enquanto “efetividade histórica” (WALLERSTEIN, 2001).

Assim o ensino de sociologia não pode e não deve se deter a uma perspectiva política conservadora, justamente, pelo fato de que sua ontologia estar associada de certa forma ao criacionismo, uma vez que naturaliza a existência humana e social e associa esta ação ao âmbito da fé religiosa (BURKE, 2012; TOCQUEVILLE, 1998; HONDERICH; 1993; MOREIRA, 2019). O ensino de sociologia, por outro lado, busca a explicação pela via da coleta, análise de dados e confrontação com a realidade histórica, prezando assim pelo cultivo teórico que se faz pelo constante diálogo com a realidade social (FERNANDES, 1980a; 1980b).

Posto isto, podemos exemplificar nossa defesa de uma ontologia histórica através de trabalhos “clássicos” como o de Mead (2000), Malinowski (1988) e Foucault (1988) –



para não estendermos a lista e incorremos em mais injustiças –, como demonstrações de que a “natureza” tão defendida pelos conservadores possui como a mais clara característica, por paradoxal que pareça, a mudança e a diferença. Neste sentido, o ensino de sociologia encontra-se como instância privilegiada de diálogo crítico e de aprofundamento das possibilidades existenciais humanas que, como vimos, são acompanhadas de perspectivas ontológicas bem distantes da defendida pelo conservadorismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos demonstrar a importância do ensino de sociologia como forma de proporcionar uma formação humana que contemple a pluralidade ontológica existente na modernidade. Neste sentido, ao evidenciarmos a humanidade concebida pelo pensamento conservador, constatamos que esta encontra-se aquém das necessidades ontológicas postas atualmente e, por isso, carece de uma análise crítica quanto a sua pertinência.

Com isso enfatizamos a importância do ensino de sociologia como forma de estabelecer um diálogo crítico e amplo com as ontologias modernas e a necessidade de reconhecimento das “dimensões humanas” (SCHELER, 2008) como constitutivas de um ser mais plural e complexo do que o visualizado pela “natureza” conservadora. Por conta desta possibilidade e do cumprimento do seu papel enquanto ciência social – política, cultural e social –, a sociologia tem se dedicado à investigação criteriosa que, entre os resultados, encontra uma produção teórica condizente com o mundo por ele investigado.

Portanto, o ensino de sociologia cumpre um papel de humanização, de atualização, de desenvolvimento crítico, de argumentação política, cultural e ontológica, cujo fim é proporcionar uma educação, no dizer de Freire (2018), “para o mundo”. Essa educação luta contra todo e qualquer preconceito e, além disso, aponta caminhos para a alteridade, o diálogo e a compreensão da diferença como fator social, histórico e cultural que, ao contrário do conservadorismo, faz destes elementos sua “natureza” como bem descrito por Fernandes (1980a) em sua “A natureza sociológica da sociologia”.



CAPÍTULO II CONGRESSO AMAZONENSE DE EDUCAÇÃO 2022



REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.
- ALEXANDER, Jeffrey C.. A importância dos clássicos. In: DIGGENS; Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999. cap. 1, p. 23-89.
- APPLE, Michael W. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Rio de Janeiro: Top´books, 2012.
- CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”. **Revista Estudos Avançados**, vol. 4, nº 8, p.4-18, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141990000100002>. Acesso em: 09/11/2022.
- FERNANDES, Florestan. **A natureza sociológica da Sociologia**. São Paulo, Editora Ática, 1980a.
_____. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980b.
_____. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
_____. **Micro física do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- HIRSCHMAN, Albert. O. **A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- HONDERICH, Ted. **El conservadurismo: un analisis de la tradición anglosajona**. Barcelona: Península, 1993.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir – a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- KINZO, Maria D’alva Gil. Burke: a continuidade contra a ruptura. In WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política 2**. São Paulo: Editora Ática, 2001.



CAPÍTULO II CONGRESSO AMAZONENSE DE EDUCAÇÃO 2022



KIRK, Russel. **A mentalidade conservadora**: de Edmund Burke a T. S. Eliot. São Paulo: É Realizações Editora, 2021a.

_____. Breve manual de conservadorismo. São Paulo: Trinitas, 2021b.

LESSA, Renato. Porque Rir da Filosofia Política?, ou a ciência política como téchne. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n.36, p. 141-168, 1998.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O caleidoscópio conservador: a presença de Edmund Burke no Brasil. In. KIRK, Russel. **Edmund Burke – redescobrimo um gênio**. São Paulo: É Realizações Editora, 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MOREIRA, Ivone. **A filosofia política de Edmund Burke**. São Paulo: É Realizações Editora, 2019.

NUNES, E. **Gramática Política do Brasil**: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Zahar. Rio de Janeiro, 2004.

OAKESHOTT, Michael. **A voz da educação liberal**. Belo Horizonte: Editora Âyné, 2021.

OAKESHOTT, Michael. Educação Política. In: KING, Preston. **O estado da Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

ROSA, Marcelo C.; RIBEIRO, M. P.. Como se faz teoria social no Brasil? Hagiografia, extroversão intelectual e avanços (2010–2019). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 94, p. 1-20, 2020.

SCHELER, Max. **A situação do homem no cosmo**. Lisboa: Texto e Grafia, 2008.

SCRUTON, Roger. **Tolos, fraudes e militantes**: pensadores da nova esquerda. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SIMMEL, Georg. Filosofia del Dinero. Capitán Swing, 2013.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.